

AVALIAÇÃO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE OCUPAÇÕES IRREGULARES: CONTRIBUIÇÕES DA GEOGRAFIA URBANA

Julio Cesar de Lima Ramires¹

RESUMO: Este artigo tem como objetivo central avaliar a produção acadêmica sobre ocupações irregulares realizada no âmbito da ciência geográfica. Pautou-se nos princípios metodológicos dos estudos bibliométricos visando compor um panorama quantitativo da referida produção. Utilizou-se o portal de teses e dissertações da CAPES, tendo como palavras-chave ocupações irregulares, favelas e movimento sem teto. Constatou-se que as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Londrina foram as mais estudadas. As Universidades com maiores quantidades de trabalhos foram a USP e a UFRJ. A maioria dos trabalhos indicou o recorte espacial no título e a comparação entre diferentes ocupações dentro das cidades. A diferenciação entre cidades foi pouco utilizada, e poucos estudos realizaram articulações entre o físico e o humano. Estudos futuros deverão aprofundar os aspectos teórico-conceituais, identificação dos principais autores arrolados em cada trabalho, verificando-se a possibilidade de existência de uma rede de pensamento sobre a temática no âmbito da geografia.

PALAVRAS-CHAVE: Bibliometria; ocupações irregulares; regularização fundiária; favelas; geografia urbana.

EVALUATION OF ACADEMIC PRODUCTION ON IRREGULAR OCCUPATIONS: CONTRIBUTIONS OF URBAN GEOGRAPHY

ABSTRACT: This article has as main objective to evaluate the academic production on irregular occupations carried out in the scope of geographic science. It was based on the methodological principles of bibliometric studies aiming to compose a quantitative panorama of said production. It was used the portal of theses and dissertations of CAPES, having as keywords irregular occupations, favelas and movement without ceiling. It was found that the cities of Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Londrina were the most studied. The University with the greatest amount of work was USP and UFRJ. Most of the works indicated the spatial cut in the title and the comparison between different occupations within the cities, as well as between different cities was also little used. Few studies have made articulations between physical geography and human geography. Future studies should deepen the theoretical-conceptual aspects,

¹ Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: ramires_julio@yahoo.com.br.

identification of the main authors used in each work, checking the possibility of existence of a network of thought on the subject in the scope of geography.

KEYWORDS: Bibliometry; irregular occupations; land regularization; shanty towns; urban geography.

EVALUACIÓN DE LA PRODUCCIÓN ACADÉMICA SOBRE OCUPACIONES IRREGULARES: CONTRIBUCIONES DE GEOGRAFÍA URBANA

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo central evaluar la producción académica sobre ocupaciones irregulares realizada en el ámbito de la ciencia geográfica. Se basó en los principios metodológicos de los estudios bibliométricos para componer un panorama cuantitativo de dicha producción. Se utilizó el portal de tesis y disertaciones de la CAPES, teniendo como palabras clave ocupaciones irregulares, favelas y movimiento sin techo. Se constató que las ciudades de Río de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Londrina fueron las más estudiadas. Las Universidades con mayores cantidades de trabajos fueron la USP y la UFRJ. La mayoría de los trabajos indicaron el recorte espacial en el título y la comparación entre diferentes ocupaciones dentro de las ciudades. La diferenciación entre ciudades fue poco utilizada, y pocos estudios realizaron articulaciones entre lo físico y lo humano. Los estudios futuros deberán profundizar los aspectos teórico-conceptuales, identificación de los principales autores que se tratan en cada trabajo, verificándose la posibilidad de existencia de una red de pensamiento sobre la temática en el ámbito de la geografía.

PALABRAS-CLAVE: Bibliometría; ocupaciones irregulares; regularización de la tierra; favelas; geografía urbana.

INTRODUÇÃO

A literatura sobre ocupações irregulares no Brasil, desenvolvidas em várias áreas do conhecimento, tais como a geografia, sociologia, arquitetura e urbanismo, planejamento urbano, cresceu nas últimas décadas. A partir desses estudos, é possível afirmar que a “irregularidade” tem sido o traço fundamental da produção do espaço urbano brasileiro.

Em linhas gerais, pode-se argumentar que as áreas de ocupação irregular são marcadas pelas seguintes características gerais: elevada densidade habitacional; deficiência de infraestrutura; carência de equipamentos

comunitários e de áreas livres de lazer; habitações precárias; ocupações em áreas de risco iminente ou de áreas de interesse social; irregularidade fundiária e edilícia.

Dados apresentados por Nadalin, Krause e Lima Neto (2014) indicaram que, entre 2000 a 2010, a participação de população em Aglomerados Subnormais em metrópoles caiu de 61%, em 2000, para 54%, em 2010, enquanto, nas capitais regionais, aumentou de 11% para 14%. Quando se observam as categorias inferiores, como os centros sub-regionais, centros de zona e centros locais, nota-se que, em 2010, eram responsáveis por 5,46% do total brasileiro de população em Aglomerados Subnormais, enquanto, em 2000, somavam 2,8%. Assim, apesar de contribuírem com uma parcela muito pequena desta população, nota-se como sua participação quase dobrou, o que seria consequência de uma relativa “desmetropolização” dos Aglomerados Subnormais.

Dados recentes do Perfil dos Municípios Brasileiros sistematizados pelo IBGE (2017) indicam que, até agosto de 2017, no tocante aos aspectos relacionados à habitação, as situações de precariedade nas condições de moradia de seus habitantes, nas quatro situações pesquisadas, os loteamentos irregulares e/ou clandestinos, foram registrados em 3 374 municípios (60,6% do total); a existência de favelas, mocambos, palafitas ou assemelhados, foi identificada em 952 municípios (17,2%); e a existência de ocupações de terrenos ou prédios por movimentos de moradia, apareceram em 724 municípios (13,0%). A situação encontrada com menos frequência foi constatada a presença de cortiços, casas de cômodos ou cabeças-de-porco, verificada em 684 municípios (12,3%).

Apesar da gravidade do problema, os estudos acadêmicos sobre ocupações irregulares ganham destaque somente a partir de meados da década de 1990. A propriedade da terra urbana se coloca como uma das questões

cruciais na produção do espaço urbano, marcado por práticas especulativas e grandes desigualdades socioespaciais materializadas em sua estrutura interna.

No âmbito da geografia, ainda são raros os balanços temáticos de sua produção acadêmica, baseados em procedimentos bibliométricos rigorosos, ao contrário do constatado em outras áreas do conhecimento, tais como as ciências da saúde, ciências naturais e ciências exatas. A partir desses inventários, é possível ter um quadro geral sobre o que se produziu, como se produziu, onde se produziu e o quanto se produziu. Todo o conhecimento científico avança fundamentado em um conhecimento acumulado, que pode e deve ser revisto e ampliado ao longo do tempo.

Assim sendo, este artigo tem como objetivo central avaliar a produção acadêmica sobre ocupações irregulares realizada no âmbito da ciência geográfica. Pautou-se nos princípios metodológicos dos estudos bibliométricos, visando compor um panorama quantitativo da referida produção.

O desabamento de dois prédios na comunidade do Muzema, próximo a um bairro nobre do Itanhangá na zona oeste do Rio de Janeiro, em abril de 2019, com um total de 24 mortos e sete feridos, evidenciou a perversa articulação entre grupos de milicianos que dominam muitos territórios da cidade, via atividades ilegais, dentre elas, a mais recente, o domínio do mercado imobiliário informal. A área conta com dezenas de prédios construídos de forma irregular e que foram comercializados sem controle algum do poder público. Fica evidente a magnitude e a complexidade do problema presente em grande número de cidades brasileiras, exigindo atuação mais efetiva do poder público, e que a produção acadêmica sobre a temática sirva como base de reflexão, podendo fornecer subsídios para as intervenções.

OS ESTUDOS BIBLIOMÉTRICOS: UMA CARACTERIZAÇÃO

Conforme assinala Vanti (2002), as técnicas de avaliação da produção acadêmica podem ser subdivididas em bibliometria, cienciometria, informetria e webometria, com funções semelhantes, mas com enfoques diferenciados. O termo bibliometria é o mais antigo, e seu uso aparece pela primeira vez na década de 1930, e foi Paul Otlet, em sua obra intitulada *Traité de Documentation*, que utilizou pela primeira vez esse termo. A cienciometria, por sua vez, surgiu na década de 1970, na ex-União Soviética e países da Europa Ocidental, especialmente, na Hungria. A informetria surge por volta de 1979, tendo como desdobramento o desenvolvimento da webometria, com o crescimento exponencial de produtos acadêmicos na world wide web. A informetria seria um termo “guarda-chuva”, que abrigaria os demais conceitos. Alguns autores consideram que essas subáreas da ciência da informação, apesar de suas peculiaridades, têm, como ponto em comum, a possibilidade de identificar tendências de crescimento e as lacunas de determinada área do conhecimento, por meio de um conjunto definido de indicadores.

Para Spinak (1996), a cienciometria aplica técnicas bibliométricas à ciência, mas vai muito além, ao associar, em suas análises, o desenvolvimento das políticas científicas. Dentre os seus temas de maior interesse estão o desenvolvimento das disciplinas e subdisciplinas, a obsolescência dos paradigmas científicos, a produtividade e a criatividade dos pesquisadores, e as relações entre o desenvolvimento científico e o crescimento econômico.

Não existe muito consenso entre os pesquisadores da ciência da informação sobre o uso dessas diferentes terminologias, e por ser de outra área de conhecimento, optamos por não entrar nesse debate, e recorreremos ao termo bibliometria, por julgar que, por tradição histórica e sua maior visibilidade, é adequado para os objetivos deste trabalho. Os estudos bibliométricos podem dar uma dimensão quantitativa, por meio do volume, evolução, visibilidade e estrutura de determinado ramo do conhecimento, a partir de indicadores que

traduzam a consolidação do conhecimento, úteis para previsão e tomada de decisão. Assim sendo, procura-se quantificar o que, como e onde se produziu, identificando temas emergentes, lacunas e perspectivas futuras.

A consolidação da Bibliometria, no Brasil, conta com interesse de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, pelo fortalecimento dos eventos específicos sobre a temática, bem como o aumento da produção de teses, dissertações e artigos veiculados no país.

Urbizagastegui Alvarado (1984) nos lembra que os estudos bibliométricos se iniciaram no Brasil com a criação de primeiro curso de pós-graduação em ciência da informação, na década de 1979, no Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), posteriormente, denominado Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

Ao longo do tempo, vários pesquisadores procuraram organizar balanços da produção acadêmica brasileira sobre a utilização da bibliometria, tais como os estudos de Urbizagastegui Alvarado (1984), Vanz (2003), Machado e Pinto (2005), Machado (2007) e Araújo e Alvarenga (2011).

Araújo e Alvarenga (2011) analisaram a produção sobre bibliometria na pós-graduação brasileira por meio de levantamento no portal de teses e dissertações da Capes, entre 1987 a 2007, identificando 82 trabalhos. Desse conjunto, 70,73% foram desenvolvidos na grande área das ciências sociais aplicadas, com destaque da ciência da informação, que representou 41,46% dos trabalhos. Em seguida, aparece a grande área das ciências da saúde, com 10,98%, seguida das engenharias e outras, com 6,10 %. As ciências humanas contaram com apenas 1 trabalho, oriundo da sociologia.

Pesquisa desenvolvida por Rostirolla (2014), por sua vez, identificou a existência de 31 teses sobre bibliometria no portal de teses e dissertações da CAPES, entre 1993 e 2013, produzidas na ciência da informação, educação, comunicação, educação especial, e em outras áreas.

Medeiros e Vitoriano (2015) nos lembram que há uma quantidade crescente de artigos sobre bibliometria, publicados em periódicos acadêmicos, e existe, num futuro próximo, a possibilidade de criação de uma revista específica sobre essa temática. Além disso, há eventos consolidados que veiculam trabalhos sobre o tema, tais como o Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), e o Encontro Brasileiro de Bibliometria e Cientometria (EBBC), estando na 20ª e 6ª edição, respectivamente. Há, portanto, veículos importantes de divulgação de trabalhos acadêmicos sobre bibliometria.

Há poucas pesquisas na geografia que empregaram técnicas bibliométricas para realizar balanços temáticos da sua produção. As dissertações de Melo (2016) e Neves (2015) e a tese de Albach (2015) são referências importantes para a incorporação desse tipo de procedimento metodológico em nossas pesquisas. Neves (2015) procurou compreender o uso do conceito de geossistema em pesquisas geográficas no estado de São Paulo, entre 1980 e 2011, tomando como referências as teses e dissertações defendidas na USP, Unicamp e Unesp Rio Claro e Presidente Prudente. Melo (2016), por sua vez, procurou analisar artigos acadêmicos sobre sistema de informação geográfica publicados em periódicos internacionais entre 2006 e 2015, identificando os principais autores, os periódicos mais relevantes e produtivos, os países que se destacam na produção desse conhecimento, bem como seus centros de pesquisa. Após refinamentos dos artigos levantados, tomou como referência a análise de 2.024 artigos, evidenciando-se uma clara liderança da geografia, representando 56,7% das publicações, seguidas da ciência da computação (com 47,6%), e da geografia física, com 31,6% dos artigos. Os mais notáveis centros de pesquisa sobre SIG's estão sediados nos países desenvolvidos, especialmente em universidades de excelência dos Estados Unidos, China e Europa Ocidental.

Na tese de Albach (2015), procurou-se compreender a produção acadêmica sobre Geografia do Turismo no contexto ibero-americano difundida

por meio de artigos científicos disponíveis em determinadas bases de dados, baseando-se em técnicas bibliométricas, revisão bibliográfica sistemática e a revisão integrativa de literatura, com abordagem quantitativa e qualitativa. O universo de análise restringiu-se a 177 artigos científicos produzidos entre 1990 e início de 2014, verificando sua relevância acadêmica, produtividade e aspectos estruturais. Os indicadores bibliométricos utilizados foram: a evolução temporal dos artigos, as revistas, as instituições, as cooperações entre instituições e autores, as citações no Google Acadêmico, a escala geográfica de análise, aspectos metodológicos e palavras-chave. A pesquisa da temática na Ibero-América é tardia em relação a países europeus e anglo-saxões, e a difusão da pesquisa em Geografia do Turismo é baixa na região e internacionalmente, com maior visibilidade do Brasil, da Espanha, e do México. Constatou-se a falta de visibilidade nas bases de dados internacionais da produção ibero-americana da temática analisada, cujos trabalhos são, em sua maioria, publicados em inglês.

OS INVENTÁRIOS SOBRE A PRODUÇÃO ACADÊMICA EM GEOGRAFIA URBANA

Conforme relatamos na introdução, na geografia, há pouca tradição de estudos sobre balanço de sua produção, com alguns estudos que procuraram descrever sua trajetória histórica, como, por exemplo, o trabalho de Müller (1968), que descreveu a evolução da geografia urbana brasileira em três momentos, a saber: a fase pioneira (até 1945); a fase de desenvolvimento (1940-1955) e a fase de afirmação (1956-1965).

Durante o 3º Encontro Nacional de Geógrafos, que teve lugar em Fortaleza, em 1978, um marco da discussão inicial sobre geografia crítica no Brasil, realizou-se uma mesa redonda na qual procurou-se discutir um balanço da geografia urbana, sendo publicados em anais do evento (Sessões Dirigidas), e

nele se destacam os textos de Corrêa (1978), Fredrich (1978) e Mamigonian (1978).

No âmbito da geografia urbana, merece frisar o grande inventário da produção acadêmica realizado por Abreu (1991). Trata-se de uma sistematização de toda a produção envolvendo apenas trabalhos de geógrafos, que trataram apenas da escala intraurbana e que atingiram o domínio público. O trabalho foi originalmente divulgado no I Simpósio Nacional de Geografia Urbana, ocorrido, em 1989, em São Paulo-SP, e publicado posteriormente, em livro organizado por Carlos (1991). O objetivo central desse primeiro evento foi realizar uma avaliação crítica da produção da geografia urbana brasileira.

O grande mérito do trabalho de Abreu (1991) foi realizar um exaustivo levantamento, num momento em que grande parte desses produtos não se encontram em versão digital, sendo uma pesquisa trabalhosa, mas sem utilização de procedimentos técnicos elaborados, embasados nos estudos de revisão bibliográfica ou bibliométrico, já existentes nesse momento. A pesquisa levantou trabalhos clássicos do período de sistematização da geografia urbana no Brasil, artigos em periódicos, teses e dissertações dos principais programas de pós-graduação em geografia do Brasil, trabalhos apresentados em eventos, todos em versão impressa até 1987.

Cabe ressaltar que, nesta obra, há outros trabalhos que procuraram arrolar os balanços da produção para cidades ou estados específicos, ou sobre temáticas particulares, como por exemplo, Souza (1994) e Corrêa (1994).

Souza (1994) procurou analisar a produção sobre a cidade e o espaço regional, levando em conta as seguintes categorizações temáticas: redes urbanas; urbanização e espaço regional; cidade, região e regionalização; estudos metropolitanos; regionalização e desenvolvimento regional. Como conclusões, aponta que a maior parte do conhecimento sobre a dinâmica urbano-regional do país foi produzida nas décadas de 1960 e 1970; houve um abandono dos

estudos na escala regional a partir da década de 1970, e grande parte da produção foi publicada em revistas, especialmente, a Revista Brasileira de Geografia, o principal veículo de publicação dos trabalhos avaliados.

Corrêa (1994), por sua vez, focou seu estudo na avaliação da produção acadêmica sobre hinterlândias e redes, cobrindo pouco mais de uma centena de trabalhos publicados nos principais periódicos nacionais. Mencionou o caráter descritivo e pouco crítico da maioria dos estudos feitos até a década de 1980, e um relativo abandono da temática até o início da década de 1990, época em que se deu o evento.

No livro *Dois séculos de pensamento sobre a cidade*, Vasconcelos (1999) procurou inventariar toda a produção geográfica e não geográfica sobre a cidade desde o início do século XIX, com os precursores sobre o pensamento sobre a cidade (1810-1869) até o século XX (início dos anos 1990), sendo resultado de seu pós-doutoramento realizado na Universidade de Paris IV, entre 1994/95.

Em função do vasto material cobrindo o referido período, como obras de geógrafos e não geógrafos, o autor definiu um conjunto de critérios de inclusão/exclusão, priorizando as obras geográficas, sendo escolhidos apenas os trabalhos com enfoque na escala intraurbana; procurou cobrir todas as escolas geográficas nacionais de pensamento; temas muito específicos foram eliminados e escolheram-se os trabalhos mais representativos.

O autor estabeleceu uma periodização dos trabalhos em cinco grandes fases: os precursores do pensamento sobre a cidade (1810-1869); o pensamento sobre a cidade no período da institucionalização da geografia (1870-1913); o pensamento sobre a cidade entre a primeira e a segunda guerra mundial (1914-1944); a produção sobre a cidade do período pós-guerra ao início dos anos 1970 (1945-1972); e a produção sobre a cidade no período atual (1973-1994). Cada capítulo começa com uma contextualização da ciência geográfica no período, descrevendo os principais autores e sua breve biografia, trazendo comentários

resumidos das obras selecionadas. Os capítulos são sempre segmentados em autores e obras da geografia acompanhados dos autores e obras fora do âmbito da geografia. No geral, o estudo tem um caráter descritivo, mas é uma referência importante para se ter uma visão panorâmica dos estudos acadêmicos sobre a cidade num longo espaço de tempo.

Merece, ainda, frisar o esforço de um grupo de pesquisadores para o X Simpósio Nacional de Geografia Urbana, sediado em Florianópolis em 2007 de compor uma mesa-redonda sobre a trajetória mais recente da geografia urbana no Brasil, cujos textos integram o livro organizado por Pereira e Dias (2011). Nessa obra, apenas os estudos de Peluso (2011) sobre os campos e identidades teórico-conceituais da geografia urbana no centro-oeste, e de Silva e Dantas (2011) sobre a geografia urbana no nordeste, se aproximam dos estudos bibliométricos.

Silva e Dantas (2011) analisaram a produção acadêmica da geografia urbana da região nordeste mediante as teses e dissertações e demais produções dos docentes dos programas de pós-graduação em geografia da referida região, cobrindo o período 2004/2006. Apesar do artigo estar bem estruturado e expor dados interessantes, o curto período de análise não permitiu que se apresentassem grandes inferências sobre a trajetória da produção acadêmica na região.

O texto de Peluso (2011), por outro lado, traz uma discussão interessante sobre a geografia urbana no centro-oeste, focando sua análise não nos produtos acadêmicos, mas nos conteúdos dos cursos de pós-graduação da região (UFG, UNB, UFMS e UFTM), também cobrindo um período curto de tempo (2004/2006). Os indicadores selecionados foram: o número de disciplinas com conteúdo urbano; os campos conceituais e teóricos; os autores mais citados nas disciplinas dos programas; os campos temáticos e a inserção do urbano e da cidade na produção bibliográfica. Chegou à conclusão de que

A Geografia no Centro-Oeste, demonstrou ter identidade teórico-metodológica, ou seja, similaridade de práticas científicas, com a qual trabalha seus temas e explica as problemáticas específicas, voltadas para as realidades regionais e locais. Os programas fazem referências a um conjunto bibliográfico extenso e comum, que dirige o olhar dos pesquisadores para os problemas a serem estudados. (PELUSO, 2011, p. 421).

O trabalho de Barcelos (2010) buscou descrever e analisar a produção de geografia urbana publicada na Revista Brasileira de Geografia editada pelo IBGE, cobrindo o período de 1939 a 1995, levando em conta os períodos, os temas e os seus principais autores. Por último, dedicou-se a identificar se houve uma rede de pensamento na referida produção.

A partir da análise da bibliografia utilizada pelos principais autores, procurou-se construir uma possível matriz de pensamento da geografia urbana, mediante o método das citações, e somente neste momento a autora faz referência aos estudos bibliométricos, já que, na descrição dos procedimentos metodológicos apenas aparecem a Análise de Redes Sociais – ARS (que tem outro significado do que entendemos), e da Teoria dos Grafos. Assim sendo, Barcelos (2010, p. 58) afirma que

Os estudos bibliométricos caracterizam-se especialmente por sua base empírica e são passíveis de fornecer subsídios concretos e sistematizados para estudos “arqueológicos”, em que o objeto é o conjunto dos discursos formadores de um campo do conhecimento. De acordo com Sancho (1990), os indicadores bibliométricos podem determinar, entre outros aspectos, a produtividade das instituições, medida pelo número de seus trabalhos. O que se pretende discutir agora é o uso da técnica de indicadores bibliométricos como ferramenta para análise da produção acadêmica. No Brasil essa técnica ainda é pouco utilizada em virtude do alto investimento financeiro necessário para operacionalizá-la através do cadastramento de toda a produção de livros, revistas, boletins, jornais, teses, dissertações etc. e das referências bibliográficas utilizadas por cada autor.

A reprodução textual dessa citação intenciona demonstrar que, apesar de não ter deixado claro, no início de sua dissertação, que estaria empregando os procedimentos bibliométricos, este de fato aparece no conjunto de seu trabalho. Sua pesquisa evidenciou que o período 1981/1995 foi o de maior produtividade, em termos de quantidade de artigos, e que a temática intitulada área de influência/rede/cidade-região/funções urbanas foi a predominante, seguidos dos temas sobre organização interna das cidades, proposições teórico-metodológicas e processo de urbanização. O tema das políticas públicas e planejamento aparece apenas com 3 artigos, de um total de 148 trabalhos, ou seja, uma participação extremamente modesta. Fany Davidovich e Roberto Lobato Corrêa foram os autores que mais publicaram. Sobre a matriz de pensamento da geografia urbana e as publicações da RBG, constatou-se que as formulações teóricas de Milton Santos, Brian Berry, David Harvey e Pedro Geiger tiveram importante influência nos trabalhos produzidos.

Concluimos que os estudos bibliométricos ainda são pouco utilizados na geografia, sendo necessários esforços no sentido de sua maior divulgação e aplicação na ciência em seu todo, bem como nas suas diferentes subáreas de especialização, como, por exemplo, a geografia urbana, que sempre teve uma expressão relevante.

OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS UTILIZADOS

O primeiro desafio metodológico, para inventariar a temática das ocupações irregulares, é a variedade de palavras-chave ou expressões existentes, envolvendo essa forma de habitar, tais como invasões, habitação informal, loteamentos irregulares, loteamentos clandestinos, favelas, favelização, cortiços, sem-teto, movimento por moradia, regularização fundiária. A escolha e definição das palavras-chave adequadas aos objetivos da pesquisa sempre é

uma questão crucial para o seu bom desenvolvimento. Em outras áreas do conhecimento, como as ciências da natureza, exatas e da saúde, há esforços para elaboração de tesouro, ou seja, uma lista de palavras com significados semelhantes, dentro de um campo específico de conhecimento, que procura ajudar pesquisadores/usuários no ambiente acadêmico a escolher a palavra exata para a realização de sua pesquisa bibliográfica, eliminando as possíveis ambiguidades de um termo ou expressão. Organizar o conhecimento científico produzido pela área com base em um Tesouro da Geografia permitiria padronizar a descrição das palavras-chave, bem como facilitaria a ampliação e a recuperação da informação do material abordado sobre um tema.

O levantamento foi efetuado no portal de teses e dissertações da capes, cobrindo o período até dezembro 2018, que pode ser acessado pelo endereço eletrônico: <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/>>.

Optou-se pela escolha de algumas expressões, que pudessem descrever o estado da arte da temática, e que estão arroladas na tabela 1. Apesar da realização dessa subdivisão, a análise dos resultados se desenvolveu de forma integrada, sendo nosso universo composto pelo total de 103 trabalhos.

Tabela 1 - Quantidade de Teses e Dissertações entre 1991-2018 segundo principais temáticas

Temáticas	Dissertações	Teses	Total
Ocupações irregulares e regularização fundiária	39	8	47
Favelas	30	11	41
Sem-Teto e Movimento por moradia	12	3	15
Total	81	22	103

Fonte: Capes. Portal de teses e dissertações (2018).

Para grande parte do material levantado, consegue-se obter a versão integral do trabalho, mas as teses e dissertações mais antigas, em muitos

dos casos, ficam restritas aos resumos existentes no portal de teses e dissertações da Capes.

DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Levando-se em conta que a base de dados da Capes contempla teses e dissertações a partir de 1987, é compreensível o pequeno número de trabalhos sobre a temática na década de 1990. As décadas seguintes representam o momento de maior produção de teses e dissertações sobre a temática, guardando relação direta com a grande expansão da irregularidade na produção do espaço urbano. Mais de 50% dos trabalhos foram defendidos entre 2000 e 2009.

Tabela 2 – Ano de defesa de teses e dissertações sobre ocupações irregulares entre 1991-2018

<i>Períodos</i>	<i>Quantidade</i>	<i>%</i>
<i>1991 - 1999</i>	<i>6</i>	<i>5,8</i>
<i>2000 - 2009</i>	<i>55</i>	<i>53,4</i>
<i>2010 - 2018</i>	<i>42</i>	<i>40,8</i>
<i>Total</i>	<i>103</i>	<i>100</i>

Fonte: Capes. Portal de teses e dissertações (2018).

Com relação às instituições em que foram realizados, os trabalhos evidencia-se uma concentração na Universidade de São Paulo e na Universidade Federal do Rio de Janeiro, seguidos daqueles da Universidade de Campinas e Universidade Federal de Minas Gérias, os principais centros de produção acadêmica do país. Há também uma pulverização dos trabalhos entre 24 universidades espalhadas por diversas regiões brasileiras, espelhando a difusão de cursos de pós-graduação *strictu sensu* em diversos estados da federação.

Na categoria outras, aparece um conjunto de universidades que apresentaram a ocorrência de apenas 1 trabalho, tais como: a Universidade

Federal de Sergipe, a Universidade Federal de Santa Maria, a Universidade Federal do Tocantins, a Universidade Federal de Rondônia, a Universidade Federal de Goiás, a Universidade Estadual de Maringá, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, a Universidade Federal do Rio Grande, a Universidade Federal da Grande Dourados e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Tabela 3 – Instituições na qual se realizaram teses e dissertações sobre ocupações irregulares entre 1991-2018

Instituição	Quantidade
Universidade de São Paulo	19
Universidade Federal do Rio de Janeiro	12
Universidade Estadual de Campinas	7
Universidade Federal de Minas Gerais	7
Universidade de Brasília	5
Universidade Federal da Paraíba	5
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	5
Universidade Federal Fluminense	4
Universidade Federal do Mato Grosso	4
Universidade Federal de Uberlândia	4
Universidade Federal da Bahia	3
Universidade Estadual de Londrina	3
Universidade Estadual Paulista/Rio Claro	3
Universidade Estadual Paulista/Pres. Prudente	3
Universidade Federal do Paraná	3
Universidade Federal de Santa Catarina	3
Universidade Estadual do Centro-Oeste	2
Universidade Estadual do Rio de Janeiro	2
Outras	9
Total	103

Fonte: Capes. Portal de teses e dissertações (2018).

Na tabela 4, arrolamos as cidades estudadas nas teses e dissertações, sendo que a maioria dos trabalhos indicaram o recorte espacial no título, facilitando, dessa forma, a sua identificação, constituindo-se, em sua maioria, em um loteamento, um bairro, ou um segmento espacial de um bairro, ou parte da

cidade. O Rio de Janeiro destaca-se com a maior quantidade de trabalhos, e isso guarda uma relação direta com a magnitude e historicidade do fenômeno na cidade, com as primeiras favelas que surgiram ainda no final do século XIX. São Paulo segue em segundo lugar, também em função da forte presença da irregularidade como traço marcante do seu espaço urbano.

Tabela 4 – Cidades estudadas nas teses e dissertações sobre ocupações irregulares

Cidade	Quantidade
Rio de Janeiro	22
São Paulo	13
Londrina	7
Porto Alegre	8
Belo Horizonte	7
Cuiabá	4
Campinas	3
Curitiba	3
João Pessoa	3
Salvador	2
Dourados	2
Brasília	2
Guarapuava	2
Taboão da Serra	2
Uberlândia	2
Outras	21
Total	103

Fonte: Capes. Portal de teses e dissertações (2018).

Chama atenção o fato de Londrina, uma cidade média, sede de uma região metropolitana, se sobressair ao lado de grandes metrópoles em termos de quantidade de estudos.

Leitzke (2015), em seu estudo sobre Londrina, por exemplo, procurou entender a atuação do poder público municipal, por meio da sua cooperativa habitacional, resgatando as políticas habitacionais entre 1964 e 2014, e a importância de sua atuação na regularização fundiária. No último capítulo,

tratou da formação das ocupações irregulares e os processos de regularização fundiária na cidade, identificando 95 ocupações irregulares no seu espaço urbano, ou seja, um número significativo. Destas, 27 foram totalmente regularizadas. A construção dos conjuntos habitacionais está associada ao processo de desfavelamento da cidade, reproduzindo o modelo de segregação socioespacial das cidades brasileiras, beneficiando os agentes do mercado imobiliário.

Na categoria outras, com apenas um trabalho, aparece um leque variado de cidades de diferentes portes demográficos, tais como, as cidades de porte médio - Santa Maria, Ponta Grossa, Crato, Montes Claros, Rio Grande, Uberaba; capitais estaduais importantes - Recife, Niterói, Aracaju, Teresina, Palmas, Porto Velho, Macapá; cidades integrantes de região metropolitana - Cubatão, São Vicente, Trindade-GO, Sarandi.

Alguns trabalhos enfocaram dois ou mais segmentos espaciais, tais como Oliveira (2009) que analisa as ocupações ilegais nos bairros Pedregal e Renascer, na cidade de Cuiabá; Sousa (2004) e Freitas (2005), que pesquisou dois assentamentos contínuos em Uberlândia; Nogueira (2017) estuda os setores Santo Amaro I, Santo Amaro II e Lago Norte na periferia de Palmas. Camargo (2014) é um dos poucos estudos que tem a bacia hidrográfica como recorte de análise.

Silva (2010), por sua vez, procurou apoiar-se num contexto espacial mais amplo, as favelas da zona sul do Rio de Janeiro. Apesar de abordar a contextualização geral das 27 favelas existentes, seu foco restringe-se a apenas 5 delas - Santa Marta, Chácara do Céu, Rocinha, Morro Azul, Chapéu Mangueira/Babilônia, procurando descrever as relações cotidianas entre moradores das favelas e dos bairros em que se inserem.

Alessi (2009) discute Heliópolis e Paraisópolis, as duas maiores favelas de São Paulo, mas também tece, de forma muito breve, algumas reflexões sobre os

cortiços no centro da cidade e no bairro Pari. A justificativa para a escolha dessas duas modalidades de habitação reside no fato delas, apesar de terem fisionomia diferenciada, possuírem a mesma lógica de estruturação. Por último, são discutidos os processos de reurbanização das duas favelas.

Não há, nesses trabalhos, uma preocupação em desenvolver os postulados da comparação, um dos princípios basilares da ciência geográfica, fato que precisa ser incorporado de forma mais consistente nas pesquisas da área. Essa discussão evidencia-se de forma mais aprofundada no trabalho de Sposito (2016), sendo uma importante fonte de consulta sobre o tema da comparação, partilhando da ideia de que todos que trabalham com pesquisa empírica estão envolvidos com algum tipo de comparação. Assim sendo,

a comparação vista como relação e contraposição, ao mesmo tempo, seria uma possibilidade para superar os raciocínios do tipo “causa-consequência”, “igual-diferente” ou “mais-menos”, para citar alguns pares simples que podem ser importantes, mas não suficientes em si para apreender a complexidade dos fatos, dinâmicas e processos com os quais nos deparamos. Este destaque tem mais sentido ainda se retomamos a posição que espero ter defendido a contento neste texto de que a ideia de comparação não tem valor em si. Ela não pode ser tomada *a priori* como princípio de pesquisa, mas pode sim ser ferramenta importante, na medida em que a construção do problema e a definição do objeto (dois planos associados, ainda que diversos entre si) assim o ensejarem. Em outras palavras, enquanto procedimento intelectual, a comparação só se justifica quando adequadamente conduzida pelos fundamentos de método escolhidos e apoiada em conceitos articulados entre si como teoria. (SPOSITO, 2016, p. 58).

A autora elaborou, ao longo de seu texto, quatro esquemas explicativos, a saber:

- a comparação entre elementos semelhantes que pertençam a conjuntos diferentes;

- o estudo aprofundado de todos os elementos de um conjunto e de suas inter-relações, para distingui-lo de outros conjuntos, por comparação, claramente distintos dele;

- a comparação entre elementos diferentes que pertençam a conjuntos semelhantes; e por último,

- a comparação entre conjuntos diferentes, a partir de um mesmo elemento.

A comparação como um procedimento intelectual precisa ser articulada a um método, requerendo adequada seleção do recorte temático e espacial, e, como afirmamos anteriormente, não se observa de forma consistente na maioria dos trabalhos, que em princípio, intencionavam algum tipo de comparação.

Branquinho (2001), por sua vez, procurou construir uma análise integrada, valendo-se do estudo da reprodução espacial de diversas formas de habitação em São Paulo, tomando como exemplos empíricos a favela de Heliópolis, um loteamento clandestino em Vargem Grande, cortiços em Campos Elíseos, prédio de luxo em Heliópolis e condomínio fechado em Alphaville. Dessa forma, visou contemplar formas regulares e irregulares na produção de moradia.

Merece ainda destacar o trabalho de Santos (2017), o único a apresentar uma escala espacial mais ampla, ou seja, a Região metropolitana de Aracaju, tendo como objetivo analisar a espacialização do movimento dos trabalhadores organizados em torno da luta por habitação popular. A referida região conta com apenas quatro municípios.

Andrade (2002) aparece como a primeira tese sobre favela no âmbito da geografia, analisando a dimensão dos espaços públicos na Rocinha. O trabalho de Silva (2003), por sua vez, uma importante referência sobre o início da favelização na cidade do Rio de Janeiro, traçando um panorama entre 1930-1964.

ALGUNS COMENTÁRIOS GERAIS SOBRE AS TEMÁTICAS DAS TESES E DISSERTAÇÕES

Neste tópico, procurou-se descrever, de forma resumida, o conteúdo de alguns trabalhos representativos de determinados temas que julgamos mais relevantes, já que a maioria dos trabalhos versaram sobre as questões clássicas de moradia e habitação precárias, e aspectos relacionados aos processos de regularização fundiária, sem recorrer a abordagens e enfoques inovadores.

A temática das ocupações irregulares, em grande parte, foi produzido no âmbito da geografia humana, contando com poucos trabalhos que procuraram articular as ocupações irregulares e as condições ambientais, sendo a maioria das dissertações de mestrado e apenas duas teses de doutorado em geografia física da USP. A tese de Rocha (2005) procurou investigar as implicações ambientais no uso e ocupação da favela Vila dos Pescadores, em SP, com repercussões na qualidade de vida da população. Utimura (2011), por outro lado, enfocou a questão do conforto térmico e os problemas respiratórios da população no assentamento Futuro Melhor, também em São Paulo.

O trabalho de Costa (2010) teve como objetivo conhecer o processo de urbanização e ocupação irregular em áreas de risco de enchentes em 4 bairros de Teresina em nível de degradação socioeconômico e ambiental avançado, confirmado pelos indicadores de desenvolvimento humano ali presentes. Observou-se que as margens dos rios e lagoas localizadas na área estudada encontram-se intensamente degradadas devido à ocupação desordenada e irregular. Há deposição de esgoto e lixo, e intensificação do aterramento das suas margens, contribuindo para a redução da capacidade de escoamento das águas pluviais. Tudo isso promove o aumento das enchentes e inundações.

Camargo (2014), por sua vez, procurou analisar os impactos ambientais na microbacia do Córrego Inhambu na zona leste de Londrina destacando as

ocupações irregulares da área, utilizando-se da metodologia da problematização – Arco de Manguerez. A referida metodologia valoriza a aproximação com a população local e

permite o pesquisador compreender a realidade da área estudada, apontar os problemas existentes, buscar informações teóricas sobre a temática e posteriormente propor soluções. É uma proposta de retornar ao ponto inicial, que é a realidade, com planos de ações que solucionem ou contribuam para solucionar os problemas observados no primeiro momento. (CAMARGO, 2014. p. 22).

Apesar das intenções do trabalho, e da perspectiva de aplicação de uma metodologia interessante, os resultados registrados foram limitados, ao se basear nas respostas de questionários aplicados a alunos das séries finais do ensino fundamental da única escola da área. Não há uma discussão consistente sobre ocupações irregulares, e as propostas foram pouco incisivas.

O estudo de Costa (2010) procurou conhecer o processo de urbanização e ocupação irregular em áreas de risco de enchentes nos bairros de Teresina. A área estudada, localizada na confluência dos rios Poti e Parnaíba, apresentava um contexto de grande vulnerabilidade socioambiental, tais como: acentuada dinâmica de deposição de resíduos, por se tratar de uma planície flúvio-lacustre; presença de solos arenosos-argilosos permeáveis; sendo extensa área plana inundável com grandes corpos d'água, rasos e interligados pelo sistema de lagoas. O desenho da pesquisa intentou incorporar a caracterização físico-territorial, a caracterização socioeconômica dos residentes e análise dos impactos das águas pluviais.

Ao final do estudo, a autora constata que a área pesquisada foi muito degradada em função da ocupação irregular, apontando que o lançamento de esgoto e lixo promoveu o aterramento das suas margens, reduzindo a capacidade de escoamento das águas pluviais, o que favoreceu as enchentes e inundações.

Outros trabalhos procuraram estabelecer articulações entre questões ambientais e as ocupações irregulares, tais como Ferreira (2001), visando tecer nexos entre saúde e ambiente em um assentamento urbano de Londrina.

Também merece destaque a dissertação de Machado (2013), que abordou discussão extremamente interessante e polêmica de construção de muros, denominados ecolimites, para conter o crescimento urbano desordenado, especialmente em áreas de favelas da cidade do Rio de Janeiro. Assim sendo, com foco em uma pesquisa documental, procurou identificar e descrever a política de ecolimites na cidade ao longo de 2001 e 2012. Ressaltou as categorias e domínios espaciais mobilizados nos documentos considerados, como, por exemplo, favela, asfalto, áreas verdes, áreas ocupadas, lugares, etc., também analisando as mudanças, ao longo do tempo, na configuração da política e as continuidades e descontinuidades entre os documentos pesquisados. Como conclusão, a autora afirma que

Os ecolimites, ao longo dos momentos apresentados, se associam a diversos problemas urbanos e visões de cidade. Mobilizam questões ambientais, de ordenamento e regularização do tecido da cidade, além de diferenciações entre categorias espaciais em termos de suas morfologias, dos seus usos e ações adequados e de seus significados. A produção dos ecolimites, seja apenas como ideias ou como formas materializadas no espaço, incorpora ou é marcada por uma intenção de incorporar a favela, ou cidade informal à cidade formal. Esta intenção está baseada no reconhecimento das significativas diferenças entre categorias como favela, comunidade, cidade e cidade formal. (MACHADO, 2013, p. 83).

247

Mesmo considerando os poucos resultados concretos das intenções de implantação dos ecolimites ao longo do período analisado, como ponto positivo assinalou o vigoroso debate público sobre os sentidos da cidade.

Dentre alguns temas interessantes, podemos apontar o abastecimento de água, o turismo, as representações, identidades e percepção sobre as favelas, e aplicação de geotecnologias nos estudos de favelas e outras ocupações irregulares. Deve-se ainda mencionar os estudos sobre os sem-tetos urbanos,

que ganhou projeção, nos últimos anos, com trabalhos, em grande parte, em nível de mestrado, com registros de apenas duas teses de doutorado.

Grandi (2014), por exemplo, procurou compreender como as práticas socio-espaciais do movimento dos sem-teto poderia ajudar a refletir sobre as origens da escalaridade, a sua construção e a expressão dessa espacialidade, evidenciando os processos levados a cabo pelos grupos envolvidos nesse movimento social. Traz uma rica discussão sobre escalas e as reflexões teóricas foram alimentadas pela pesquisa empírica com foco principal em duas ocupações do Rio de Janeiro (Ocupação Quilombo das Guerreiras e Ocupação Chiquinha Gonzaga) e uma de São Paulo (Ocupação Mauá). Ambas localizadas em áreas centrais, também apontava alguns argumentos de que essas áreas, com demandas semelhantes, são objetos de intervenção de projetos de parcerias público-privadas de requalificação urbanística e mudança do perfil social. O autor conclui que

a escalaridade se apresenta como um importante instrumento de exercício de poder. Faço isso destacando, a essa altura, dois aspectos do movimento. Por um lado, os esforços dispendidos na disciplinarização da convivência entre moradoras e moradores. Por outro, aquilo que chamei de política de identidade escalar e que, creio, pode indicar a importância de se atentar as dinâmicas identitárias ao se pensar os processos que a literatura dedicada as escalas geográficas tende a denominar como a política de escalas. (GRANDI, 2015, p. 306).

Adicionalmente, chama atenção para o fato de que a construção social e política da dimensão escalar da espacialidade humana precisa ser acompanhada do cuidado atento a historicidade dessas elaborações.

Ramos (2012) analisou a dinâmica socioespacial do movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro, a partir das experiências práticas de uma organização do movimento dos sem-teto na cidade, na perspectiva de incorporação da economia solidária para trabalhadores e comunidades pobres no Brasil, por

meio de uma análise na interface da Geografia Econômica com a Geografia Urbana, com ênfase sobre a espacialidade dos ativismos e movimentos sociais.

Outros trabalhos dedicaram-se a pesquisar o movimento dos sem-teto em outras cidades, tais como o de Buonfiglio (2007), sobre Porto Alegre; o de Bochicchio (2008) sobre Salvador, e a dissertação de Andrade (2011) sobre Dourados.

Prieto (2011) analisou o abastecimento de águas em favelas da zona oeste do Rio de Janeiro, tendo como realidade empírica 11 favelas dessa zona periférica, tencionando estabelecer os nexos entre o acesso à água sob a égide do mercado e da mundialização financeira. A água tem um valor de uso indispensável, e ganhou enorme importância nos circuitos da reprodução e acumulação do capital, transformando-se em um lucrativo mercado, atrativo a grandes empresas privadas. Entretanto, na periferia da zona oeste do Rio de Janeiro, a ausência, a intermitência, a irregularidade, a desconfiança sobre a qualidade da potabilidade da água, infraestrutura precária e auto-construída, os cortes do serviço pela falta de pagamento foram problemas recorrentes, identificado nos trabalhos de campo feitos nessas 11 áreas.

Há um conjunto de trabalhos focados em questões relativas às representações, identidades e percepção sobre as ocupações irregulares, sendo, portanto, uma vertente que também foge das abordagens clássicas da temática. Esses trabalhos foram desenvolvidos a partir de meados da década de 2000, como a dissertação de Pereira (2000), por exemplo, aparecendo como o primeiro estudo dessa abordagem, analisando nas reportagens publicadas nos jornais da cidade do Rio de Janeiro, aquelas em que a favela é o tema principal, buscando compor o padrão do discurso da imprensa escrita carioca acerca do assunto.

Outros estudos merecem ser referenciados, como o de Gomes (2002), abordando as representações sociais da favela e sua apropriação em Niterói; Souza Junior (2005) e Cardoso (2006), sobre as representações espaciais e

identidades na Favela da Maré na cidade do Rio de Janeiro; Fragoso (2008), sobre a representação do espaço e os espaços de representação das favelas do Rio de Janeiro; e Silva (2009) sobre representação da paisagem favela no cinema.

Outra temática original aparece na tese de Siqueira (2007), que discute a favelização em municípios paulistas litorâneos impactados pelas atividades turísticas, tomando como exemplo o Programa de urbanização do Dique Sambaiatuba, em São Vicente, entre 1999 e 2006. Contemplando uma abordagem do turismo sustentável levanta possibilidades e inclusão de população carente nas estratégias de desenvolvimento econômico local. Constatou-se que o programa de urbanização promoveu inclusão da área da favela, com ganhos significativos na qualidade de vida da população local. A análise física, sócio-econômica e ambiental da área indicou possibilidades de inclusão da população nas atividades turísticas.

Deve-se ressaltar que, em função dos critérios empregados, baseados em palavras-chave específicas, vários trabalhos sobre a temática das favelas produzidas no âmbito da geografia não foram incorporadas neste levantamento, como o estudo de Oliveira (2013) sobre as metamorfoses territoriais do Comando Vermelho no Complexo da Maré entre 2000 e 2012, abordado a partir da lógica dos territórios-rede.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo das últimas décadas, a geografia urbana brasileira, definitivamente, se consolidou como uma importante sub-área dessa ciência, apresentando uma produção acadêmica relevante, expressa por meio de artigos em periódicos, livros, teses e dissertações. A realização bianual do Simpósio Nacional de Geografia Urbana, que em 2019 completa sua 16ª edição, aparece como um dos principais eventos da área, mas tendo em vista as interfaces da

temática da cidade e do urbano perpassar outras ciências, há um leque variado de eventos gerais e específicos sobre o tema.

Desta forma, faz-se necessário inventariar essa produção, no sentido de identificar seus avanços, lacunas e desafios, traçando perspectivas futuras da produção de novo conhecimento.

Este artigo, a partir de um recorte temático específico, procurou apontar as potencialidades dos procedimentos metodológicos da bibliometria, no sentido de descrever um panorama geral dos estudos sobre ocupações irregulares encontrados no âmbito da geografia.

As grandes metrópoles – Rio de Janeiro e São Paulo – foram as cidades mais estudadas, reforçando a ideia já apontada em outros estudos sobre a cidade e o urbano no Brasil, sobre a grande concentração de estudos sobre elas, que servem de modelos analíticos para outros contextos metropolitanos, e até mesmo, não-metropolitanos.

A grande expansão de cursos de pós-graduação em geografia, em praticamente, quase todos os estados da federação, tendem, a médio prazo, a alterar esse quadro de concentração da produção acadêmica em/sobre São Paulo e Rio de Janeiro, já que esses novos programas tendem a estudar as dinâmicas locais e regionais, com foco nas pequenas cidades e nas cidades de porte médio, bem como em capitais estaduais de menor porte populacional e expressão econômica a nível nacional.

Deve-se levar em conta que, frente à complexidade da temática, e pelos critérios metodológicos adotados, é possível que um conjunto de trabalhos sobre a temática não tenham sido identificados e incorporados neste levantamento, já que a escolha de palavras-chave mais restritas pode ter deixado um conjunto significativo de trabalhos fora do levantamento. Apesar de não ter sido possível realizar uma quantificação apurada dos diferentes temas que perpassam nas teses e dissertações sobre as ocupações irregulares,

constatamos que ainda predominam as abordagens centradas na caracterização dos espaços irregulares, na sua regularização e na sua forma geográfica mais exemplar, a favela.

A realização de estudos bibliométricos requer a existência de uma boa base de dados, com possibilidade de acesso integral aos textos, e o portal de teses e dissertações da Capes revela muitas limitações, tendo em vista as dificuldades de acesso aos trabalhos mais antigos que não possuem versão digital. Alguns produtos recentes também não foram consultados na íntegra, tendo em vista o não acesso à possível versão digital. Estudos futuros deverão aprofundar os aspectos teórico-conceituais, identificação dos principais autores utilizados em cada trabalho, verificando-se a possibilidade de existência de uma rede de pensamento sobre a temática no âmbito da geografia.

Além disso, deve-se levantar os procedimentos metodológico que apresentem abordagens inovadoras, que ajudem a alavancar o conhecimento teórico e empírico sobre a temática.

Por último, deve-se empreender esforços no sentido de se incorporar com maior frequência os procedimentos bibliométricos nas atividades de pesquisa da geografia urbana, desde a graduação, no sentido de tornar esta prática, extremamente útil, mais usual em nossas pesquisas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. de A. O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação. Contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. (org.) **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: Edusp, 1991, p. 199-322.

ALBACH, V. de M. **A difusão da pesquisa em geografia do turismo em Ibero-América**. 2015. 342 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

ALESSI, N. A. **Formam-se favelas e ganham importância no cenário urbano São Paulo: Heliópolis e Paraisópolis**. 2009. 126 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

ANDRADE, A. B. de. **Movimentos de uma ocupação urbana: territórios, territorialidades e trajetórias socioespaciais de “sem-tetos” de ocupação no Jardim dos Estados (Dourados – MS)**. 2011. 201 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2011.

ANDRADE, L. da S. **Espaço público e favelas: Análise de dimensão pública dos espaços coletivos não-edificados da Rocinha**. 2002. 287 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

ARAÚJO, R. F.; ALVARENGA, L. A bibliometria na pesquisa científica da pós-graduação brasileira de 1987 a 2007. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 16, n. 31, p. 51-70, 2011.

BARCELOS, S. S de M. **A geografia urbana na Revista Brasileira de Geografia (1939-1995)**. 2010. 171 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

BOCHICCHIO, S. **Movimento dos sem teto de Salvador: estratégias de apropriação dos espaços e territorialização**. 2008. 100 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

BRANQUINHO, E. dos S. **Do Hegienópolis ao Heliópolis: fragmentos urbanos de uma metrópole e a sua crise de identidade**. 2001 184 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

BUONFIGLIO, L. V. **O resgate do centro de Porto Alegre: a luta dos sem-teto pelo direito à moradia**. 2007. 217 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

CAMARGO, K. C. **Análise ambiental em áreas de ocupação irregular: o caso da microbacia do Córrego Inhambu, Londrina, PR**. 2014. 107 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

CARDOSO, C. **Do espaço concebido ao espaço vivido: um estudo de caso sobre as representações espaciais e identidades na Favela da Maré, RJ**. 2006. 147 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

CARLOS, A. F. A. (org.) **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.

CORRÊA, R. L. Geografia urbana no Brasil – uma avaliação. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 3., 1978, Fortaleza, **Sessões Dirigidas...** Fortaleza: AGB, 1978, p. 9-12.

CORRÊA, R. L. Hinterlândia, hierarquias e redes: uma avaliação da produção geográfica brasileira. In: CARLOS, A. F. A. (org.) **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: Edusp, 1994, p. 323-359.

COSTA, R. S. S. **Riscos socioambientais e ocupação irregular em áreas de enchentes nos bairros: Olarias, Poti Velho, Alto Alegre, São Francisco Mocambinho – Teresina (PI)**. 2010. 175 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Rio Claro, Rio Claro, 2010.

FERREIRA, M. E. G. **A saúde e o ambiente no assentamento urbano Jardim União da Vitória - Londrina – PR**. 2001. 152 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2001.

FRAGOSO, T. dos R. **A representação do espaço e os espaços de representação: as favelas do Rio de Janeiro**. 2008. 150 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

FREDRICH, O. M. B. de L. Algumas reflexões sobre a geografia urbana no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 3., 1978, Fortaleza, **Sessões Dirigidas...** Fortaleza: AGB, 1978, p. 23-29.

FREITAS, C. M. de. **Regularização da ocupação urbana em Uberlândia: loteamento São Francisco/Joana D’arc – uma contribuição**. 2005. 273 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) –Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

GOMES, M. P. S. E. **Representações sociais da favela e sua apropriação em Niterói**. 2002. 136 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

GRANDI, Matheus da Silveira. **A construção escalar da ação no movimento dos sem-teto**. 2014. 345 f. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia / UFRJ, Rio de Janeiro, 2015.

IBGE. **Perfil dos municípios brasileiros - 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

LEITZKE, A. **Política Habitacional em Londrina- PR: conjuntos habitacionais e regularização fundiária.** 2015. 136 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

MACHADO, A. B. **Os ecolimites como dispositivo para a gestão das descontinuidades internas da cidade do Rio de Janeiro.** 2013, 195 f Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro- Programa de Pós-Graduação em Geografia, Rio de Janeiro, 2013.

MACHADO, R. N. Análise cientométrica dos estudos bibliométricos publicados em periódicos da área de biblioteconomia e ciência da informação (1990-2005). **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 3, p. 2-20, set./dez. 2007.

MACHADO, R. N.; PINTO, E. V. Mapeamento da produção científica em bibliometria (1990-2004) In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 6. 2005, Belo Horizonte **Anais...** Belo Horizonte: ANCIB, 2005.

MAMIGONIAN, A. Notas sobre a geografia urbana brasileira. . In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 3., 1978, Fortaleza, **Sessões Dirigidas...** Fortaleza: AGB, 1978, p. 31-36.

MEDEIROS, J. M. G. de; VITORIANO, M. A. V. A evolução da bibliometria e sua interdisciplinaridade na produção científica brasileira. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v.13 n.3 p.491-503. set./dez. 2015.

MELO, A. V. F. de. **A produção científica internacional em artigos sobre sistemas de informação geográfica: uma análise bibliométrica entre 2006 e 2015.** São Paulo, 2016. 165 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Física) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

MÜLLER, N. L. Evolução e estado atual dos estudos de geografia urbana no Brasil. In: Simpósio de Geografia urbana 1966 Buenos Aires **Anais...** Rio de Janeiro: Instituto Panamericano de Geografia e História, 1968.

NADALIN, V. G.; KRAUSE, C. L.; LIMA NETO, V. C. Distribuição de aglomerados subnormais na rede urbana e nas grandes regiões brasileira. **Texto para Discussão**, Brasília, n. 2012, dezembro de 2014.

NEVES, C. E. das. **Geossistema: a história de uma pesquisa – Trajetórias e tendências no estado de São Paulo.** Londrina 2015. 191 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

NOGUEIRA, M. J. **O processo de regularização fundiária na periferia de Palmas - TO: o caso dos setores Santo Amaro I, II e Lago Norte.** 2017. 126 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2017.

OLIVEIRA, R. F. C. A. de. **"As metamorfoses territoriais do Comando Vermelho no Complexo da Maré: uma análise do período 2000-2012 à luz do binômio território-rede.** 2013 138 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

OLIVEIRA, W. M de. **O processo de ocupação ilegal no espaço urbano na cidade de Cuiabá, os casos dos bairros Pedregal e Renascer – Cuiabá – MT,** 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2009.

PELUSO, M. L. Os campos e identidades teórico-conceituais da geografia urbana no centro-oeste. In: PEREIRA, E. M.; DIAS, L. C. D. **As cidades e a urbanização no Brasil: passado, presente e futuro.** Florianópolis: Insular, 2011, p. 404-422.

PEREIRA, E. M.; DIAS, L. C. D. **As cidades e a urbanização no Brasil: passado, presente e futuro.** Florianópolis: Insular, 2011.

PEREIRA, T. S. **Imaginário espacial e discurso: o caso das favelas cariocas e o noticiário dos jornais.** 2000. 201 f. Dissertação (mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

PRIETO, G. F. T. **A sede do capital: o abastecimento de água em favelas da periferia da cidade do Rio de Janeiro.** 2011. 252 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

RAMOS, T. T. **As barricadas do hiperpreariado urbano: das transformações no mundo do trabalho à dinâmica sócio-espacial do movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro.** 2012. 549 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

ROCHA, V. L. da. **Implicações ambientais no uso e ocupação da terra urbana e suas repercussões na qualidade de vida da população. O exemplo da favela Vila dos Pescadores.** 2005. 170 f. Tese (Doutorado em Geografia Física) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

ROSTIROLLA, G. Bibliometria como tema de tese: análise a partir da biblioteca digital de teses e dissertações. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE BIBLIOMETRIA E CIENTOMETRIA, 4., 2014, Recife. **Anais eletrônico...** Recife: UFPE, 2014.

Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/ebbc/article.php?dd0=0000014364&dd90=0cedcf5be3>> . Acesso em: 19 janeiro 2018.

SANCHO, R. Indicadores bibliométricos utilizados em la evaluacion de la ciência y la tecnologia. **Revista Española de Documentación Científica**, Madrid, v. 13, n. 3-4, p. 842-865, 1990.

SANTOS, J. E. **A luta por habitação popular: a espacialização do Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos (MOTU)**. 2017. 170 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Fundação Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.

SILVA, J. B. da; DANTAS, E. W. C. A geografia urbana no nordeste brasileiro. In: PEREIRA, E. M.; DIAS, L. C. D. **As cidades e a urbanização no Brasil: passado, presente e futuro**. Florianópolis: Insular, 2011, p. 373- 403.

SILVA, J. N. da. **Os dois Orfeus, representação da paisagem favela no cinema: o olhar estrangeiro e o olhar de pertencimento**. 2009. 135 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

SILVA, M. L. P. da. **Percursos, significados e permanência das favelas cariocas (1930-1964)**. 2003. 360 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

SILVA, M. do N. **A Favela como expressão de conflitos no espaço urbano do Rio de Janeiro: o exemplo da Zona Sul carioca**. 2010. 157 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SIQUEIRA, M. E. de S. A. **Turismo e favelas: necessidades e possibilidades - o caso da urbanização da favela do Dique Sambaituba, em São Vicente (Baixada Santista - São Paulo)**. 2007. 249 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SOUSA, C. B. de. **Planejamento viário e Sistema de Informações Geográficas: estudo da regularização do Assentamento São Francisco / Joana D´arc**. 2004. 156 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2004.

SOUZA, M. A. A. de. Estudos sobre a cidade no espaço regional e nacional: teoria e método. In: CARLOS, A. F. A. (org.) **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: Edusp, 1994, p. 101-128.

SOUZA JUNIOR, W. L. de. **Das representações sobre as Favelas às Territorialidades dos Residentes da Maré**: territórios e identidades na cidade do Rio de Janeiro. 2005. 155 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

SPINAK, E. **Dicionário enciclopédico de bibliometria, cienciometria e informetria**. Caracas: UNESCO, 1996.

SPOSITO, M. E. B. Oportunidades e desafios da pesquisa urbana comparada. In: FIRKOWSK, O. C. de F. et al. (org.) **Estudos urbanos comparados**: oportunidades e desafios da pesquisa na América latina. San Miguel de Tucumán: Universidad Nacional de Tucumán, 2016, p. 25- 60.

UTIMURA, I. **Conforto térmico em habitações de favelas e possíveis correlações com sintomas respiratórios**: o caso do Assentamento Futuro Melhor – SP. 2011. 280 f. Tese (Doutorado em Geografia Física) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

URBIZAGÁSTEGUI ALVARADO, R. A bibliometria no Brasil. **Ciência da Informação, Brasília**, v. 13, n. 2, p. 91-105, jul./dez. 1984.

VANTI, N. A. P. Da bibliometria à webmetria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão de conhecimento. **Ciência da Informação, Brasília**, v. 31, n. 2, p. 152-162, maio/agosto 2002.

VANZ, S. A. S. A bibliometria no Brasil: análise temática das publicações do periódico **Ciência da Informação** (1972-2002). In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5. 2003, Belo Horizonte **Anais...** Belo Horizonte: ANCIB, 2003. p. 1-20. Disponível em : <www.

enancib.ibict.br/index.php/enancib/venancib/paper/view/1961/1102>. Acesso em 20 de dezembro 2017.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Dois séculos de pensamento sobre a cidade**. Ilhéus: Editus, 1999.

Submetido em 21 de março de 2020

Aprovado em: 04 de maio de 2020

Publicado em: 30 de maio de 2020